

Governo vai fiscalizar propaganda

O brasiliense já está convivendo com o clima da campanha eleitoral para as eleições de 3 de outubro. Quem circula pelas ruas da cidade tem deparado com pichações, cartazes, adesivos e outros tipos de publicidade, na maioria das vezes, expostos em locais considerados proibidos. O decreto 9.463 de 15 de maio de 1986, que regulamentou o assunto indicando as áreas destinadas à propaganda eleitoral em todo o Distrito Federal, será observado com rigor pela Administração Regional do Plano Piloto, que não permitirá que a cidade sofra com a poluição visual.

De acordo com o administrador Paulo Fonseca, os candidatos terão que observar, a todo momento, os locais para a fixação de sua publicidade. O Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras (DFLO), da Secretaria de Desenvolvimento Urbano vai multar todos os infratores. O decreto considera que o acesso à informação política não admite qualquer restrição à livre manifestação das idéias, permitindo, com uma propaganda ampla, que o eleitor possa conhecer os fundamentos principais dos partidos políticos, as idéias dos candidatos e suas críticas, desde que exista um controle para não haver predominância da propaganda dos que têm maior poder econômico e a defesa da estética e da arquitetura da cidade.

Está proibido o uso de propaganda eleitoral nos edifícios públicos em geral, esculturas, murais e monumentos, nos equipamentos públicos como parques, quadras de esportes, postes, caixas de correios, orelhões, abrigos de ônibus, caixas de coletas de lixo, semáforos e placas de sinalização. Os candidatos também não poderão utilizar o leito ao longo das vias e passeio públicos, viadutos e passagens de nível, toda a extensão do Eixo Rodoviário e Eixo Monumental, desde a Praça dos Três Podres até o Memorial JK, entre outros locais.

O administrador do Plano Piloto sugere aos candidatos que comecem a pensar em outras alternativas para a divulgação de suas candidaturas, para evitar autuação em flagrante e pagamento de multas, por exemplo. Para ter um controle maior da campanha que está apenas começando, Paulo Fonseca solicitou ao Serviço de Limpeza Urbana a retirada de toda publicidade antiga.